



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SERGIO MURILO CARNEIRO VILAR

**ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO
FINANCEIRO FAMILIAR: Prática e Conhecimento dos
funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB**

MONTEIRO – PB
AGOSTO/2013

SÉRGIO MURILO CARNEIRO VILAR

**ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO
FINANCEIRO FAMILIAR: Prática e conhecimento dos
funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Cristiane Gomes da Silva

MONTEIRO – PB
AGOSTO/2013

V 697 o Vilar, Sergio Murilo Carneiro.
ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO
FINANCEIRO FAMILIAR: prática e conhecimento dos
funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB [Manuscrito] /
por Sergio Murilo Carneiro Vilar.
– 2013.
55 f. : il. Color.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências
Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Exatas, 2013.
“Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva ,
Departamento de Ciências Contábeis ”.
1. Orçamento doméstico . 2. Planejamento
financeiro familiar. I. Título.

21.ed. CDD

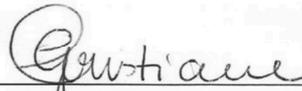
640

AGOSTO/2013
SERGIO MURILO CARNEIRO VILAR

**ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO
FINANCEIRO FAMILIAR: Prática e conhecimento dos
funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB**

Aprovado em 28 de agosto de 2013

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Msc. Cristiane Gomes da Silva, UEPB - Orientadora



Prof. Msc. Gilberto Franco de Lima Junior - UEPB



Prof.^a Msc. Josicleide de Amorim Pereira Moreira - UEPB

A minha esposa, Lucy Batista, meu filho Silas B. Vilar, meus pais, Inácio e Francisca Vilar, meus irmãos, meus amigos, meus colegas de turma que durante esses anos de curso, também se tornaram meus irmãos e compartilharam comigo alegrias, dissabores, perdas e principalmente vitórias. A todos vocês por tanto tempo dedicado, tantas palavras de conforto, tantos ombros de apoio, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Como bom cristão, agradeço primeiro ao Senhor Jesus, no qual creio e confesso. Sem ele nada me seria dado, inclusive esta vitória.

A mãe de Jesus e minha, Maria Santíssima, por sua materna interseção.

Agradeço profundamente aos meus pais, Inácio e Francisca Vilar, que me educaram no caminho do bem, fazendo de mim o homem que sou. Obrigado por tanto esforço despendido para que eu vencesse na vida. Agradeço em especial, e de forma muito carinhosa, a minha esposa, Lucy Batista, pela paciência e compreensão nas horas que me retirava para estudar deixando-a um pouco de lado. Ao meu filhinho, Silas Vilar, de apenas dois aninhos de idade, que nas vezes que me via sair para a faculdade dizia – “papai vá com Deus”.

A minha orientadora, Prof^a. Msc. Cristiane Gomes da Silva, um ser humano capacitado, paciente e que me ajudou muito ao longo deste período. Sua vivacidade não permitiu abater-me.

A todos os professores. Cada um do seu jeito construiu o saber que tenho hoje. Todo o esforço valeu a pena.

Aos meus colegas de curso, em especial a Jorge Erison, que durante todos estes anos foi mais que um colega, tornou-se um amigo, o qual quero conservar por toda a vida.

Aos funcionários das Escolas estaduais de Sumé que viabilizaram este estudo, concedendo entrevistas e permitindo o uso de informações.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Muito obrigado!

RESUMO

A conjuntura econômica atual trouxe à tona a problemática das finanças pessoais. A diminuição do poder de compra somada a uma maior oferta de crédito tem trazido grandes transtornos às famílias. Rodeadas por apelos consumistas que criam necessidades aparentes para as mesmas que, cada vez mais se endividam, e isso por atenderem aos apelos do comércio e ou principalmente por não exercerem nenhum controle sobre seus orçamentos. Daí que temas como orçamento doméstico e planejamento financeiro têm adquirido grande notoriedade entre os que se preocupam com o tema, bem como, em todos os ramos da sociedade. Este trabalho teve como objetivo geral verificar a prática e o conhecimento do Orçamento Doméstico e do Planejamento Financeiro Familiar (PFF) para os servidores das escolas públicas estaduais do município de Sumé-PB. Buscando, especificamente, denotar a importância do PFF enquanto prática contábil; discutir a influência do sexo, da idade, escolaridade e renda no hábito do planejamento financeiro e controle orçamentário, bem como analisar as características e formas de controle orçamentário e verificar o hábito de poupar, o uso de crédito extra orçamentário e o impulso consumista além de identificar os meios pelos quais os respondentes têm obtido informações acerca do PFF e do controle orçamentário. Para se atingir tais objetivos foi feita uma pesquisa bibliográfica para se investigar a literatura já existente. Ainda foi aplicada uma pesquisa de campo na qual por meio de um questionário foram coletadas informações iniciais que apontaram para o interesse que os participantes da pesquisa têm pelo tema. É grande a importância dada pelos respondentes à prática do planejamento financeiro, entretanto alguns encontram dificuldades em concretizá-lo por desconhecerem como o executar. Aqueles que conhecem o assunto, em grande parte obtiveram informações com familiares e amigos, outros através da leitura de livros, revistas e jornais. Há os que aprenderam nas escolas e faculdades, e ainda os que não possuem conhecimento sobre o assunto, o que amplia a certeza de que cursos que trabalhem o controle orçamentário doméstico são necessários para que todas as famílias saibam como conquistar a saúde de suas finanças.

Palavras chave: família, orçamento doméstico, planejamento financeiro familiar.

ABSTRACT

The current economic situation has brought up the issue of personal finance. The decrease in purchasing power coupled with a greater supply of credit has brought great inconvenience to families. Surrounded by creating needs consumerist appeals to the same apparent that increasingly into debt, and that for responding to calls from the trade and or mainly by not exercising any control over their budgets. Hence topics such as household budgeting and financial planning have acquire notoriety among those who care about topic as well as in all branches of society. This study aimed to verify the practice and knowledge of Domestic Budget and Financial Planning Family (FPF) to the servers of public schools in the municipality of Sume-PB. Searching specifically denote the importance of FPF while accounting practice; discuss the influence of sex, age, education and income in the habit of financial planning and budgetary control, and analyze the characteristics and forms of budgetary control and verify the savings habit the use of extra credit and boost consumer budget and identify the means by which the respondents have obtained information about the FPF and budget control. To achieve these objectives a literature search was performed to investigate the existing literature. Yet been applied field research in which by means of a questionnaire were collected initial information that pointed to the interest that research participants have the theme. Has great importance given by respondents to the practice of financial planning, however some find it difficult to achieve it for not knowing how to run it. Those who know the subject, largely obtained information with family and friends, others by reading books, magazines and newspapers. There are those who have learned in schools and colleges, and even those who have no knowledge about it, which increases the certainty that the courses working household budget control are needed to ensure that all families know how to win the health of your finances.

Keywords: family, household budget, family financial planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - PEIC – Síntese dos Resultados.....	25
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Sexo, Idade, População Doméstica.....	31
Tabela 02 – Função, Escolaridade, Renda(mês) Pessoal, Renda(mês) Familiar.....	32
Tabela 03 – Hábitos relacionados ao ato de comprar dos respondentes	37
Tabela 04 – Hábitos diante de uma emergência financeira	38
Tabela 05 – Hábitos relacionados ao ato de compra por impulso e o de poupar	39
Tabela 06 – Em relação à prática e o conhecimento do Orçamento Doméstico e do PFF	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: PEIC – Tipos de Dívidas.....	25
Gráfico 02: Escolaridade	34
Gráfico 03: Renda Mensal Pessoal.....	35
Gráfico 04: Cruzamento entre Renda Pessoal e Renda Familiar.....	36
Gráfico 05: Reserva de parte do salário para poupança.....	40
Gráfico 06: Prática do Orçamento.....	42
Gráfico 07: Meios pelos quais obtiveram informações sobre o PFF.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CNC – Confederação Nacional do Comércio

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

ESADE – Escola Superior de Administração, Direito e Economia

GICEA – Gabinete de Gestão de Iniciativas Comunitárias do Emprego e ADAPT/EQUAL.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF – Instituto de Estudos Financeiros

MEC – Ministério da Educação Cultura

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PPF – Planejamento Financeiro Familiar

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

_Toc366315741

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	FAMÍLIA.....	17
2.2	CONTABILIDADE.....	17
2.3	PRINCÍPIOS DA ENTIDADE E DA CONTINUIDADE.....	18
2.4	PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR E ORÇAMENTO DOMÉSTICO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	19
2.5	A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR (PFF)	22
2.6	INFLUÊNCIAS DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NO HÁBITO DE PLANEJAR	22
2.7	O IMPULSO CONSUMISTA.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	27
3.2	QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	28
3.3	QUANTO AO MÉTODO	29
3.4	FORMAS DE COLETA DOS DADOS.....	29
3.5	TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	30
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1	DADOS SOCIOECONÔMICOS	31
4.2	DADOS RELACIONADOS À PRÁTICA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6	REFERÊNCIAS:	49
	APÊNDICE	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O cenário financeiro do Brasil se encontra em constante mudança: o poder de compra vem diminuindo, as taxas de inflação se elevando; e por outro lado, as oportunidades de crédito estão mais apazíveis, o que culmina em um desequilíbrio financeiro que traz vários transtornos às famílias.

Assim como nas empresas, no lar e na individualidade das pessoas, a gestão dos recursos é fundamental para a tomada de decisão, principalmente sobre o que, quanto, quando e como gastar.

Conhecer melhores formas de gerir recursos e praticar o planejamento financeiro familiar pode ajudar às famílias a exercerem melhor o seu papel de educadora, gestando para a sociedade indivíduos mais conscientes de seu papel ativo e transformador; tanto que a educação financeira já é item obrigatório nos currículos da pré-escola ao ensino médio de países como a Inglaterra (Cerbasi 2000).

O Decreto 7.397/2010 que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) já aponta para a necessidade de se adotar, aqui no Brasil, como disciplina curricular nas séries iniciais, a educação financeira e previdenciária, tanto familiar quanto pessoal, de forma a conscientizar os consumidores.

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Diante das notícias a cerca do aumento do índice de endividamento da população, o professor Alexandre Chibebe Nicolella, do Departamento de Economia da FEA-RP (Faculdade Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto) da USP, elaborou um projeto que busca ajudar de forma prática e lúdica as famílias a melhor se organizarem em suas finanças, é o projeto Pé-de-Meia.

O mesmo é aplicado nas escolas públicas da região nordeste do Estado de São Paulo, buscando aumentar os conhecimentos dos alunos sobre finanças pessoais e aplicação do planejamento de gastos no orçamento familiar. Em entrevista ao jornal a Folha de São Paulo

de 06 de junho de 2013, o idealizador do projeto ressalta a carência de conhecimento a cerca do Planejamento Financeiro Familiar (PFF) e do Orçamento Doméstico e quanto esta contribui para uma não saudável relação das pessoas com seus rendimentos e gestão de dívidas.

A ENEF aponta o ambiente escolar como sendo o mais propício para uma educação financeira. Abrangidos neste universo, não estão apenas os alunos que em sua maioria não são os responsáveis pela gestão dos recursos do lar. Estão inclusos os servidores como professores, gestores, porteiros, secretários, equipe de apoio que em sua multiplicidade de gênero, renda, graus de formação sofrem diretamente os malefícios de não conhecer o PFF e nem praticá-lo conjuntamente com o orçamento doméstico. Neste contexto este trabalho propende responder ao seguinte questionamento: **Indicadores como grau de formação acadêmica, idade, sexo, renda podem ser diferenciais positivos quanto a pratica e importância do orçamento doméstico e o planejamento financeiro familiar entre servidores das escolas públicas estaduais de Sumé?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Perceber o grau de conhecimento sobre o Planejamento Financeiro Familiar e a prática do Orçamento Doméstico por parte dos Servidores Públicos das escolas Estaduais de Sumé-PB.

1.1.2 Objetivos específicos

- Denotar a importância do Orçamento e do Planejamento Financeiro Familiar enquanto prática contábil;
- Perceber a influência da idade, escolaridade, renda e sexo no hábito do planejamento financeiro e controle orçamentário;
- Perceber, diante de situações de emergenciais financeiras, as estratégias adotadas;
- Verificar a formação de poupança;
- Perceber o quanto é por impulso o hábito de consumir;
- Identificar os meios pelos quais se obtém informações sobre planejamento e controle orçamentário;

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa justifica-se pela atual conjuntura econômica que se apresenta. Há uma grande preocupação quanto à gestão da renda familiar. Não são poucas, nem difíceis de encontrar, pessoas que se autodenominam como sendo devedoras.

Muito embora a ENEF seja uma iniciativa governamental de propagar o conhecimento de práticas contábeis e financeiras que auxiliariam no controle das finanças domésticas e pessoais, é perceptível a carência de iniciativas concretas na área.

A falta de iniciativas públicas e privadas no tocante a implantação de cursos, seminários, ou mesmo a adoção de finanças pessoais como elemento constituinte da grade curricular das escolas públicas e privadas, tem tornando este tema algo distante da população; ao passo que a mesma se demonstra carente de conhecimento, mas ávida por aprender técnicas de controle que as ajude na organização de seus orçamentos, no planejamento de suas finanças de modo a lhes proporcionar melhor clareza na tomada de decisão levando-as a constituição de poupança e sobre tudo, garantir-lhes uma tranquilidade financeira.

Este trabalho configura-se como um esforço em propagar a importância das práticas de controle e planejamento financeiro aplicado à realidade familiar, bem como alertá-las aos perigos do endividamento, muitas vezes fruto da ignorância financeira.

Segundo Pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Comércio que avalia o grau de endividamento e inadimplência dos Consumidores (CNC-PEIC/2013), o percentual de famílias endividadas, com dívidas em atraso e com incapacidade de saldar suas dívidas avançou em maio pelo segundo mês consecutivo este ano em comparação aos mesmos períodos de 2012. O impulso de comprar nem sempre é balizado com as reais necessidades e muito menos com real capacidade de liquidação de débitos.

Conhecer ferramentas capazes de ajudar na gestão do patrimônio pessoal torna-se vital para uma saúde financeira. Orçar e planejar são passos fundamentais para que as pessoas possam controlar suas finanças. Cartão de crédito, cheques, compra a prazo, entre outras modalidades de crédito, tornaram-se caminhos para o endividamento desmedido.

Este trabalho pode ajudar no equilíbrio para a saúde financeira das entidades familiares que sofrem diretamente os efeitos das variações econômicas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho monográfico é constituído de 06 (seis) partes, a começar da introdução que busca ressaltar os objetivos e a justificativa do mesmo. No segundo capítulo ficará o referencial teórico; o mesmo estará composto dos subcapítulos: a família, a contabilidade, os princípios da entidade e da continuidade, o planejamento financeiro, a importância do planejamento financeiro, planejamento financeiro familiar e orçamento doméstico: conceitos e características, influência dos fatores socioeconômicos no hábito de planejar, e como administrar o impulso consumista. No terceiro capítulo será apresentada a metodologia aplicada a este estudo. No quarto capítulo serão vistos e analisados os dados colhidos por meio da pesquisa de campo exploratória realizada a partir da observação indireta que utilizou o questionário como instrumento de pesquisa. No capítulo quinto, reservado às considerações finais, estarão presentes os resultados do trabalho, considerações e sugestões. Por fim, as referências bibliográficas que serviram de base para a elaboração deste trabalho.

De forma alguma este trabalho monográfico esgota o tema, o que se buscou foi a exploração de material bibliográfico existente sobre o tema e realizar levantamento de dados sobre práticas, opiniões e costumes de controle financeiro de um grupo específico de indivíduos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FAMÍLIA

Há muito que se vem percebendo uma mudança no conceito de família. Nos tempos atuais a estrutura patriarcal, onde o pai é o líder e o mantenedor desta célula, não corresponde mais à multiplicidade de formas de se conceber família.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE(2006), família é definida como:

No novo conceito de família, são consideradas famílias os grupos formados não só pelo casamento civil ou religioso, mas também pela união estável de homem e mulher ou por comunidade dirigida somente por um homem ou por uma mulher (mãe solteira, no caso). Antes, uma união que não fosse formada pelo casamento formal era considerada "família ilegítima". Da mesma maneira, "filho ilegítimo" é uma expressão que não cabe mais em nossa sociedade”.

Nesse contexto pode-se observar que as estruturas civis e religiosas que legitimavam as uniões e conseqüentemente as famílias formadas a partir destas, foram superadas, dando espaço para estruturas familiares concebidas em cima de novas realidades socioeconômicas.

Em uma conceituação mais especificamente econômica, o IBGE, em sua pesquisa de orçamento familiar 2008-2009, vai aplicar um novo conceito a família:

“unidade de consumo”. A unidade de consumo compreende um único morador ou um conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. nos casos onde não existia estoques de alimentos nem despesas alimentares comuns a identificação ocorreu através das despesas com moradia”.

Essa nova compreensão de família, “unidade de consumo”, confirma a importância de se conhecer formas de planejamento financeiro e orçamento aplicados a realidade familiar, pois havendo o consumo há a necessidade de se exercer meios racionais, métodos que se demostrem eficazes no controle das finanças do lar.

2.2 CONTABILIDADE

Sabe-se que a Contabilidade é a ciência que se ocupa do patrimônio das entidades. Para Marion (1998), é instrumento que auxilia na tomada de decisão:

“A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão”.

Almeida e Reis, no manual da GICEA (2010), definem a contabilidade como sendo uma técnica de registo e de representação de todas as transformações sofridas pelo patrimônio de qualquer entidade econômica (empresa) durante o exercício da sua atividade, de modo que saiba a qualquer momento, a sua composição e o seu valor.

A contabilidade está dividida em vários ramos, entre estes o ramo da contabilidade doméstica ou familiar. Parece ser difícil definir contabilidade, quando esta está reduzida ao ambiente familiar. Sendo essa entidade detentora, embora micro, de um patrimônio, necessita da ocupação da ciência contábil.

Almeida e Reis, no Manual da GICEA (2010), apresentam a contabilidade doméstica, sendo definida como um meio utilizado pelas famílias no sentido de permitir conhecer a cada momento, qual a sua situação patrimonial ou financeira.

O método utilizado pode ser mais simples ou mais complexo, dependendo da complexidade da gerência familiar, o que importa é que ele permita uma gestão adequada das receitas, para fazer face às despesas.

Para Ferreira de Assis (1995), a Contabilidade Familiar traça um perfil da entidade familiar, delimitando suas fontes de receita, sua aplicação, e custeio das despesas: “A entidade familiar possui um patrimônio, cuja administração permite um controle orçamentário-contábil. Desse orçamento resultará um plano de vida equilibrado e um programa de investimentos, garantia material de um futuro melhor”.

2.3 PRINCÍPIOS DA ENTIDADE E DA CONTINUIDADE

Ao se falar sobre contabilidade, surgem as seguintes perguntas: é um instrumento aplicável a família? A contabilidade enxerga a família como uma entidade contábil? Marion (2008) traz a seguinte afirmação: “A contabilidade pode ser feita para pessoas físicas ou pessoas jurídicas”.

O Artigo 4º da Resolução nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, define o princípio da entidade com a seguinte redação:

“O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição”.

Já que a família é um grupo de pessoas físicas convivendo em um ambiente familiar, onde os mesmos possuem patrimônios, cuja administração necessita de um controle orçamentário-contábil, para garantir uma vida equilibrada através de possibilidades de investimento podemos ver a família como uma entidade contábil.

O próprio Marion (2008) confirma esta verdade dizendo: “Quando se faz contabilidade para pessoa física ou pessoa jurídica, essa pessoa é denominada entidade contábil”.

Nesse sentido, a entidade família se encaixa no princípio da continuidade, pois quando se constitui uma família faz-se com a intenção de que a mesma perpetue por muitos anos. A mesma tem em sua atividade o controle dos seus bens, através de orçamentos elaborados para gerenciar os seus investimentos e suas despesas.

O Artigo 5º da Resolução nº 1282/2010, do Conselho Federal de Contabilidade, atualizando a Resolução 750/93, define o princípio da entidade como:

“O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

Ainda na visão do autor acima citado, apreende-se que a continuidade refere-se à entidade que está funcionando com prazo indeterminado; algo em andamento; não está em fase de extinção ou liquidação. Portanto a família como entidade contábil formada com prazo indeterminado obedece ao princípio da continuidade.

2.4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR E ORÇAMENTO DOMÉSTICO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A Gestão financeira pessoal ou planejamento financeiro pessoal compreende definir e seguir uma estratégia metódica para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família.

Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e a tarefa para atingi-la não é simples, por causa das inúmeras intempéries da vida. E por outros fatores que ocorrem para que, ao final da caminhada, apenas poucos indivíduos tenham conseguido alcançar o objetivo: a tranquilidade e segurança financeira.

Frankenberg (1999) define tranquilidade econômica como sendo:

“Uma expressão bastante subjetiva, que traduz o estado de satisfação de uma pessoa ao alcançar um objetivo por ela mesma definido como o montante suficiente para manter um determinado padrão de vida. Conceitos como riqueza, conforto, qualidade de vida, bem-estar, sucesso, renda, fortuna, etc. definem a mesma ideia. Conscientemente, o indivíduo estabelece uma linha de conduta financeira que gostaria de seguir e os principais objetivos que almeja alcançar”.

Para Macedo (2007), o Planejamento Financeiro é o processo de gerenciar o dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Permite que se controle a situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. Também segundo o autor, Planejar possibilita que você assuma as rédeas de sua vida e a guie para o caminho que mais o agrada, para isto inclui:

- Programação de Orçamento;
- Racionalização de Gastos;
- Otimização de Investimentos.

Para Ferreira de Assis (1995), o planejamento é apontado como o meio de se alcançar a saúde financeira da família:

O planejamento econômico doméstico torna-se, então, indispensável para organizar-se a gestão familiar. Quando este planejamento é bem estruturado, acompanhado e avaliado, resulta viável para os objetivos colimados: dar sustentação a família e prover para o amanhã.

Poder-se-ia compreender que o planejamento financeiro familiar está estritamente ligado o prover o futuro. Planejar seria a ação de organizar o hoje, juntando receitas, para que se garanta o amanhã.

Para Strate (2010), planejamento familiar é a ação de estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.

Quando há o planejamento financeiro, o consumo das famílias é traduzido em investimento.

Segundo a autora acima citada, o planejamento permitirá às famílias acumularem bens ou valores. Uma família pode adquirir um bem, com pagamento planejado em anos; sendo esta aquisição fruto de uma reflexão, de planejamento elaborado de forma condizente com a receita da família, isto se configura com investimento, fruto de planejamento; podemos citar como exemplo a aquisição da casa própria através de financiamentos.

Cerbasi (2010) definiu: “Planejar suas finanças significa, portanto, entender o máximo que podemos gastar hoje sem comprometer esse padrão de vida no futuro”. Um dos instrumentos que podemos utilizar para se alcançar o Planejamento Financeiro é o orçamento; existem vários modelos, desde a tradicional caderneta de papel, provavelmente o mais acessível, até as sofisticadas planilhas eletrônicas. Com elas pode-se organizar o orçamento, listando as despesas já consolidadas como água, esgoto, luz, aluguel, financiamentos, bem como as despesas extras, tais como lazer, vestuário, os gastos com saúde (o que não se inclui um plano de saúde), com remédios, consultas não cobertas por planos, e ainda uma margem para despesas eventuais, e assim poder-se-á atingir um Planejamento.

O ato de produzir anotações orçamentárias se apresenta como fonte de altíssima qualidade para um eficaz controle financeiro. Segundo o Instituto de Estudos Financeiros (IEF 2010), um orçamento escrito indica a existência de um maior interesse pela sua utilização e fornece informações de melhor qualidade. Ao passo que a informação que não é anotada, segundo o IEF, não gera precisão e provavelmente impossibilitará o Planejamento Financeiro - “Se o orçamento não está escrito (apenas na memória da pessoa), fornecendo-lhe informações sem uma maior precisão, sua efetiva utilidade será bem menor”.

Contudo, é sabido que um orçamento bem escrito e bem organizado é apenas um meio, importante e necessário, para que se elabore um Planejamento financeiro. Muitas pessoas até costumam fazer essas anotações, contudo, não se debruçam numa reflexão sobre as mesmas, de formar a analisar a relação existente entre suas receitas e despesas, identificado setores deficientes. Na maioria das vezes, o descontrole se dá pelo fato das receitas serem menores que as despesas e por falta de um planejamento correto e sistemático dos gastos.

Para Strate (2010) a condição para que o orçamento seja construído e vivenciado é levar-se em conta as implicações decorrentes dele. Para a autora é necessário que ao menos se alcance um ponto de equilíbrio, isto é, momento no qual receitas e despesas possuam os mesmos valores. Ainda conforme a mesma, o ponto de equilíbrio não indica uma saúde financeira, demonstra apenas a ausência de dívidas, que aqui devem ser compreendidas como aquisições que ultrapassam o orçamento e não são frutos de um planejamento prévio.

É necessário que se passe de um orçamento doméstico, de simples anotações, para um Planejamento Financeiro mais bem elaborado, com seus objetivos e metas.

2.5 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR (PFF)

Sabe-se que, para a Contabilidade, enquanto ciência humana aplicada, o objeto central de estudo são as entidades que possuem um patrimônio e as transformações desse, bem como a aquisição de recursos e a ativação dos mesmos. Esse mesmo entendimento pode ser aplicado ao universo da família.

Segundo Xavier (2009) a Contabilidade doméstica ou familiar tem como objetivo administrar os recursos econômicos familiares de forma que se possa apurar e demonstrar o equilíbrio entre os rendimentos e os gastos familiares ou individuais.

O simples ato de planejar, financeiramente, propicia às famílias a possibilidade de objetivar, dentro de suas reais condições, metas de curto, médio e longo prazo. A chave para o sucesso pode estar no equilíbrio entre os gastos e renda. Afirma Cerbasi (2004) que riqueza independe de quanto se ganha, mas sim da forma como se organiza os gastos.

De acordo com o Instituto de Estudos Financeiros (IEF, 2010), um bom plano de finanças pessoais tem seu início com a elaboração de um orçamento pessoal confiável, o que significa previsões com um grau de precisão satisfatório. E define em sua análise que muitas pessoas se deparam com o fato de que as despesas projetadas são sempre superadas. Isto acontece, geralmente, porque o orçamento de despesas foi elaborado de modo incompleto.

2.6 INFLUÊNCIAS DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NO HÁBITO DE PLANEJAR

Em pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE 2010), abordou-se fatores socioculturais relacionados ao hábito de planejar e poupar discutidos em pesquisa sobre estrutura do orçamento doméstico no município de São Paulo.

Esta pesquisa relacionou a estrutura de consumo e o rendimento familiar, mostrando as diferenças que envolvem o hábito e a motivação de planejar. Veja-se o que diz a pesquisa:

Quanto mais elevada for a renda familiar, tanto maior será o gasto das famílias em termos absolutos e haverá também maior diversidade no leque de produtos e serviços consumidos entre os membros da família. Justamente por isso, as famílias com renda mais baixa acabam por concentrar seus gastos, em termos relativos, nas necessidades básicas de sobrevivência com um leque menos diversificado e mais homogêneo de consumo. (...) Tais associações são importantes não somente por verificar o impacto das políticas sociais e econômicas sobre as famílias, mas também para analisa-las ao longo do tempo, observando a estrutura do orçamento doméstico entre regiões ou países, por exemplo. (DIESE, 2010, p 23)

As influências da idade, da renda e da escolaridade são citadas por Trindade (2010) quando através de estudo de uma população feminina verificou que quanto menor o nível de renda auferida pela família e individualmente, maior a propensão ao endividamento.

Ainda de acordo com o esse autor a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades e dentre elas está a de se obter entendimento sobre como administrar seus próprios recursos de maneira racional e eficiente.

Com relação a variável educação Rocha (2004) afirma em seu artigo que:

A educação não é um bem de mercado nem público, mas um bem misto, pois além dos ganhos diretos das pessoas que estão recebendo a educação, uma expansão geral da mesma pode favorecer a mudança da sociedade. (...) A recompensa oriunda da busca pelo desenvolvimento humano vai além da melhoria na qualidade de vida, mais inclui também a influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base mais sólida e amplamente compartilhada.

Segundo Nakata (2010), a variável educação é fator determinante quanto ao nível de consciência que as pessoas apresentarão em relação a suas despesas - “com a educação financeira, as pessoas passaram a conhecer melhor os produtos financeiros disponíveis no mercado, a fazer escolhas inteligentes com aquilo que ganham (...)”.

Ainda segundo o autor, o conhecimento do Planejamento financeiro pode trazer ao consumidor o alívio de “anos e anos de sacrifício e trabalho duro” e completa, com a opinião de Derek Bok, ex-reitor da faculdade de Havard que diz - “se você acha a educação cara, experimente a ignorância” - e de fato, as pessoas que ignoram o conhecimento a cerca do orçamento e do planejamento financeiro tendem a pagar caro por isto, não sendo esse, capazes de gerir com objetividade os seus recursos, ao passo que, quem busca conhecer suas finanças e organizar sua vida financeira de forma equilibrada e racional tendem a obter o êxito em seus objetivos.

2.7 O IMPULSO CONSUMISTA

Com a implantação do Plano Real em 1994, a população brasileira passou a experimentar a tão sonhada estabilidade financeira. Com a baixa da inflação aumentaram as possibilidades de crédito, tanto a médio como a longo prazo. Porém numa sociedade que vem aprendendo a utilizar as vantagens do crédito tem, por obrigação, aprender a gerir, com a mesma atenção, os seus eventuais efeitos negativos.

O consumo está diretamente relacionado ao ato de comprar. Consumismo, porém, denotaria um desequilíbrio entre comprar e as reais necessidades do indivíduo. Com o aumento da renda cresce também as práticas de consumo e paralelo a estes as ofertas de créditos de médio e longo prazo como cartões, financiamentos, empréstimos, etc.

De acordo com o Jornal o Globo (maio/2005) cresceu o nível de endividamento das famílias brasileiras. A matéria apresenta dados de pesquisa do Banco Central (BACEN) que confirma este aumento, o percentual de famílias que possuem dívidas junto a instituições financeiras subiu de 43,79% para 43,99%, isto é, comprometem quase 50% de suas rendas com esta dívida.

Com dados mais atuais da Confederação Nacional do Comércio (CNC), na sua última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/2013), em seu quadro de endividamento das famílias brasileiras – Síntese dos Resultados - aponta para o crescimento das famílias endividadas neste mês de junho/2013 em relação ao mesmo período do ano passado, e revela que muitas dessas, além de terem contraído dívida não terão como arcar com as mesmas; ultrapassaram, de forma negativa, o ponto de equilíbrio.

Quadro 01: PEIC – Síntese dos Resultados

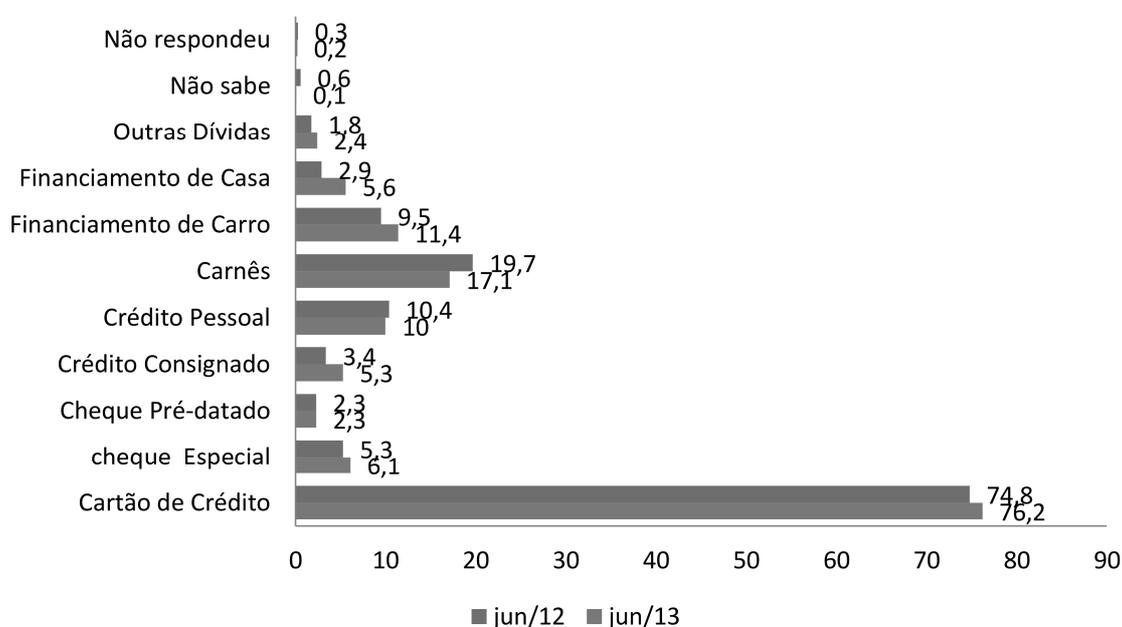
Síntese dos Resultados			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
<i>Jun/12</i>	53,3%	23,2%	7,5%
<i>Mai/13</i>	64,3%	21,6%	7,5%
<i>Jun/13</i>	63%	20,3%	7,2%

Fonte: Pesquisa Nacional do CNC – Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2013)

Em conformidade com Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios realizada em 2008 (PNAD, 2008), verificou-se o aumento na renda dos brasileiros em 2,8% se comparados aos dados do ano de 2007. Em contrapartida a este aumento da renda dar-se o aumento no consumo, o aumento das linhas de crédito, e isto se torna uma armadilha àqueles menos informados.

A Pesquisa Nacional do CNC, conforme o gráfico 01, demonstra que cresceu o endividamento em junho 2013 em comparação ao mesmo período do ano passado, em todas as linhas de créditos oferecidas ao consumidor e aponta o cartão de crédito como o maior vilão do endividamento.

Gráfico 01: PEIC - Tipos de Dívidas



Fonte: Pesquisa Nacional do CNC – Endividamento e Inadimplência do Consumidor

Ainda em relação ao gráfico 01, pode-se inferir o perfil dos consumidores; na grande maioria são os clientes de financeiras, das empresas de cartões de crédito. Este meio de compra revela-se bastante apazível aos consumidores, visto que o mesmo possibilita crédito imediato, dividido em parcelas, alguns ultrapassando o prazo de doze meses.

Outro atrativo dos cartões de crédito são os limites oferecidos, em geral, ultrapassam a renda real dos seus portadores. Todos estes atrativos tornam-se também as armadilhas que levam ao endividamento. A falta de um orçamento impede o controle eficaz das receitas e das despesas. Pequenas parcelas, quando somadas, geram um grande montante de dívidas, um consumo desenfreado.

Teixeira (2005) afirma que o consumismo desenfreado pode ser danoso ao orçamento doméstico, pois itens mais importantes vão sendo deixados de lado. A autora ainda indica caminhos que podem ajudar o consumidor a evitar do impulso consumista, hábitos como: nunca comprar no mesmo dia que viu a mercadoria, comparar preços em pelo menos três estabelecimentos antes de finalizar a compra, estimar quantas horas de trabalho são necessárias para pagar pelo item e, sobretudo planejar antes de comprar.

O Instituto de Estudos Financeiros (IEF) pontua em sua matéria “Planejamento Financeiro Pessoal” que “os dissabores” das compras feitas por impulso costumam ser bem mais fortes e duradouros que as satisfações por elas proporcionadas.

A administração dos próprios recursos é um processo de autoconhecimento. Sobre isso afirma Teixeira (2005) que a maneira como a família administra seus recursos também afeta sua qualidade de vida, por serem os recursos escassos, considerando a escassez como sendo: “Utilização de um recurso para satisfazer necessidades ou desejos, impossibilitando seu uso para outro propósito”.

A partir disso vê-se que a escassez não se configura como ausência de renda, e sim como a abnegação de um bem, um desejo, num ato de escolha, influenciado pela limitação do recurso que se tem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho buscou investigar o grau de conhecimento e a prática do PFF e do orçamento, respectivamente, apresentados pelos funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB.

A metodologia que foi aplicada a este trabalho de pesquisa foi, no que diz respeito à classificação científica, quanto ao fim, do tipo exploratória e descritiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa exploratória tem como fim a elaboração de questões ou de um problema, buscando desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, para a realização de uma pesquisa futura mais concisa, ou modificar e aclarar conceitos.

Segundo Silva (2008), a pesquisa exploratória é realizada em área nas quais haja pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou para construir hipóteses.

De acordo com Gil (1999, apud BEUREN 2006, p.80) destaca que esse tipo de pesquisa é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Beuren (2006, p.80) complementa dizendo que "uma característica interessante da pesquisa exploratória é que consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto".

Para Gil (1999, apud BEUREN, 2006, p. 81), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil.

Quanto aos meios utilizados para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se desenvolveu através de dois tipos de levantamento: a pesquisa bibliográfica e documental, e a pesquisa de campo.

O método bibliográfico abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, a partir de publicações avulsas, revistas, livros, relatórios de pesquisas, entre outros. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Ainda de acordo com os autores acima é a forma de se colocar o autor em contato direto com tudo que foi escrito, publicado sobre o tema.

Esta pesquisa será baseada principalmente sobre artigos e livros que abordem diretamente o tema ou tragam subtemas transversais; dando prioridade ao que se enquadrarem aos ramos da contabilidade familiar, contabilidade gerencial, economia e administração que sirvam de suporte e construção de variáveis que direcionem a pesquisa de campo e ajudem nas discussões a cerca dos resultados coletados.

Quanto ao método, o estudo de caso, segundo Gil (1999, apud BEUREN, 2006, p. 84), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Na visão de Cervo *et al* (2007, p. 62) “Estudo de caso é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”.

A coleta dos dados desta pesquisa deu-se de forma indireta, realizada através de questionário que segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 98) são “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que visa responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno”.

3.2 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Esta pesquisa se utilizou de dois métodos de abordagem: o qualitativo e o quantitativo.

Na pesquisa qualitativa o pretendido é o conhecimento das características e atributos de certos indivíduos. Para Vieira (2009), a pesquisa qualitativa mostra as opiniões, as atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com perfis determinados.

Quanto ao método quantitativo, cuja base teórica se refere à utilização de fórmulas estatísticas para buscar solução dos problemas propostos.

“Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados” (BEUREN, 2006).

Conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 107) “[...] O fato de apresentarem características avaliativas distintas não impede que pesquisas científicas adotem avaliações

quantitativas e qualitativas [...]”. Ainda neste mesmo entendimento o autor acrescenta que “[...] É descabido o entendimento de que possa haver pesquisa exclusivamente quantitativa ou qualitativa [...]”.

3.3 QUANTO AO MÉTODO

Neste trabalho de pesquisa foi utilizado o método dedutivo.

De acordo com Ruiz (2008, p. 137), a palavra método tem sua origem na língua grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade”.

Para Gil (2008, p. 10), tal método “parte da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, precede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos”. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

3.4 FORMAS DE COLETA DOS DADOS

O questionário aplicado baseou-se em artigo exposto pelo autor Carlos Rodrigues de Barros, no momento em que pesquisava a relação entre planejamento e organização financeira versus o nível de endividamento e tinha como universo de pesquisa uma amostra de 145 alunos da Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE – de Porto Alegre - RS. Originalmente os autores usaram 25 (vinte e cinco) questões dentre estas algumas de cunho específico ao tema daquele artigo e àqueles respondentes, por isso estas perguntas foram subtraídas, no presente trabalho, por contar com objetivos diferentes, sem com isso prejudicar na interpretação das questões.

O presente estudo se refere aos dados colhidos num grupo determinado de indivíduos na cidade de Sumé - PB. O ambiente escolhido para o estudo foram as Escolas Estaduais Padre Paulo Roberto de Oliveira e Professor José Gonçalves de Queiroz. Juntas possuem 132 funcionários distribuídos entre os efetivos (aprovados em concurso), prestadores de serviço

(por contrato de emergência) e em cargo comissionado (indicação política), e se dividem nas funções: professores, quadro diretivo (diretor, vice-diretor e secretários), e pessoas de apoio (auxiliares de serviços gerais, porteiros, técnicos administrativos, etc.).

Foram distribuídos 100 (cem) questionários, sendo destes devolvidos 68, que correspondem a 68% dos questionários entregues e a 51,5% (arredonda para uma casa decimal) do universo pesquisado.

O questionário usado na coleta de dados possui identificação da instituição e o motivo de sua aplicação além de garantir aos entrevistados o anonimato. Foi aplicado no mês de julho de dois mil e treze, durante vários dias, pelo fato de haver grande flexibilidade de horários, principalmente entre os professores.

As perguntas, todas fechadas, foram divididas em 2 (duas) categorias: uma geral, onde foram colhidos os dados socioeconômicos dos respondentes, e uma específica, indagando sobre a relação de consumo, poupança e posição diante de situações-problema bem como o nível de conhecimento acerca do assunto tratado.

No Apêndice 1 (um) encontra-se o questionário utilizado nesse estudo.

3.5 TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Após o recolhimento dos questionários pelos respondentes, os mesmos foram examinados, observando-se se estavam completos e compreensíveis. As respostas foram tabuladas usando a estatística descritiva básica para obtenção da frequência relativa e absoluta das variáveis. Todos os percentuais foram arredondados para uma única casa decimal.

Utilizou-se como ferramenta de tabulação dos dados o programa Microsoft Office Excel 2010. O exame e extração dos dados foram feitos de forma não probabilística, usando o critério da variável quantitativa de dados simples fruto da contagem dos resultados obtidos por questão e representados por meio de tabelas segundo propõe Silva (2008).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão descritiva dos dados coletados junto aos funcionários pesquisados foram realizadas através dos métodos da estatística descritiva. Para a análise e tabulação dos dados foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2010.

As respostas obtidas com a aplicação do questionário da pesquisa são apresentadas nesta seção sob 2 (duas) categorias: uma primeira geral (da questão 01 a 07), onde foram colhidos os dados socioeconômicos dos respondentes; e uma segunda específica (da questão 08 a 15), indagando sobre a relação de consumo, o impulso, a constituição e poupança, e posição diante de situações-problema bem como a prática e o nível de conhecimento a cerca do orçamento doméstico e do Planejamento Financeiro Familiar.

4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS

Na Tabela 01 foram tabulados o sexo e a idade dos respondentes, bem como o número de pessoas que habitam seus lares.

Tabela 01 – Sexo, idade, população doméstica

	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
Sexo			
Masculino	20		29,4
Feminino	48		71,6
TOTAL	68		100
Idade (em anos)	Homens	Mulheres	
18 a 30	5	7	17,6
31 a 40	4	9	19,2
41 a 50	7	24	45,6
Acima de 50	4	8	17,6
TOTAL	68		100
População Doméstica			
01 pessoa	6		8,8
02 pessoas	10		14,7
03 pessoas	26		38,6
04 pessoas	16		23,5
Acima de 04 pessoas	10		14,7
TOTAL	68		100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Conforme se evidenciou na tabela 01, a grande maioria dos respondentes é do sexo feminino, (71,6%), e apenas 29,4% são do sexo masculino.

Em relação aos dados acima, pôde-se inferir que o fato de a maioria dos respondentes serem do sexo feminino segue uma tendência nacional.

Segundo Harnik (2013), baseada em levantamento feito pelo MEC, oito em cada dez professores no Brasil são mulheres.

Em relação ao item idade, a tabela 01, revelou que a maioria dos respondentes (45,6%) se enquadraram na faixa etária de 41 a 50 anos, seguidos pelos 19,2% da faixa de 31 a 40 anos, logo após as faixas de 18 a 30 anos e a faixa etária dos que estão acima de 50 anos, ambas apresentaram o mesmo percentual: 17% dos pesquisados.

O item população doméstica, que questionou sobre a quantidade de pessoas que habitam o lar, incluindo o respondente, revelou que a maioria (38,6%) é composta por 03 pessoas; 23,5% dos lares é composto por 04 pessoas; 14,7% foi o percentual apresentado pelos lares com 02 pessoas e pelos que são compostos por mais de 04 pessoas; apenas 8,8% dos lares é formado por apenas uma pessoa.

A pesquisa do IBGE (2008-2009) revela que a maioria dos lares brasileiros possui população doméstica, isto é, números de indivíduos que habitam o lar, girando em torno de três indivíduos, o que corrobora com as informações da Tabela 01, quando a mesma aponta que a maioria dos lares dos respondentes é composta por 03 pessoas, incluindo os mesmos.

Na Tabela 02 foram tabulados a função que cada respondente ocupa dentro da unidade escolar, escolaridade, renda (mensal) pessoal e renda (mensal) da família.

Tabela 02 – Função, escolaridade, renda(mês) pessoal, renda(mês) familiar

Função	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
	Homem	Mulher	
Equipe de direção	2	7	13,2
Professor	11	24	51,5
Aux. de secretaria, biblioteca, laboratório	2	7	13,2
Aux. de serviços gerais	5	10	22,1
TOTAL	68		100
Escolaridade	Homens		Mulheres
	Homens	Mulheres	
Fundamental	4	7	16,2
Médio Completo	3	7	14,7
Superior Incompleto	2	2	5,9
Superior Completo	10	17	39,7
Especialização/mestrado/doutorado	1	15	23,5
Outros	0	0	0
TOTAL	68		100

Renda (mensal) Pessoal	Homens	Mulheres	
01 salário	7	17	35,3
Até 02 salários	4	12	23,5
Até 03 salários	3	9	17,7
Até 04 salários	3	6	13,2
Acima de 04 salários	3	4	10,3
TOTAL		68	100
Renda (mensal) Familiar	Homens	Mulheres	
01 salário	2	9	16,2
Até 02 salários	7	10	25,0
Até 03 salários	0	8	11,7
Até 04 salários	5	12	25,0
Acima de 04 salários	6	9	22,1
TOTAL		68	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Observou-se na tabela 02, que a maioria dos respondentes ocupa, dentro das escolas, a função de professor (51,5%); 22,1% dos respondentes desempenham a função de auxiliar de serviços gerais que engloba: varredores, merendeiras, vigilantes, inspetores; e por fim, aparecem as funções de equipe de direção (diretores, vice-diretores, secretários e algumas funções de coordenação pedagógica) e a função de auxiliar de secretária, biblioteca e laboratórios, ambas aferindo o mesmo percentual de 13,2%. Mais uma vez há o predomínio das mulheres em todas as funções.

Ainda em relação a tabela 02, pode-se considerar o nível de escolaridade bastante elevado, pois a grande maioria dos responde se encontram nos itens, pesquisados, superior completo com 39,7% do universo pesquisado, e pós-graduação, mestrado e doutorado com 23,5% dos universo pesquisado, o que coaduna com os dados que apontam maioria das funções sendo de professor, pois para está é exigido, para que se possa exercê-la, a Licenciatura Plena na área a qual se leciona. O item fundamental apresentou um percentual de 16,2%; médio completo 14,7%; o item superior incompleto correspondeu a 5,9% dos respondentes.

Verifica-se ainda, não haver nenhuma situação relacionada a outros (0%), onde poderiam contar diversas situações, entre estas, pessoas não alfabetizadas. Isto se dá pelo fato de ser exigido para os cargos de auxiliar de serviços gerais, ao menos, ter cursado o ensino fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º Ano.

Observando ainda na tabela 02, o item renda pessoal, anota-se que a maioria (35,2% dos pesquisados), recebe, mensalmente, apenas um salário mínimo; 23,5% percebem renda de até 2 salários mínimos; 17,7% percebem, o equivalente, a 03 salários mínimos; 13,2%, percebem renda de até 04 salários mínimos, e por fim 10,3% auferem renda acima de 04 salários mínimos.

Em relação a variável renda familiar, a tabela 02 apontou que 25% dos respondentes apontaram a renda familiar como sendo de 04 salários mínimos. O mesmo percentual (25%) foi apontado para o item 02 salários mínimos; 22,1% disseram ser a renda de suas famílias superior a 04 salários mínimos; famílias que percebem renda de 01 salário mínimo apresentaram um percentual de 16,2%; por fim, 11,7% dos respondentes apontaram a renda de suas famílias como sendo de 03 salários mínimos.

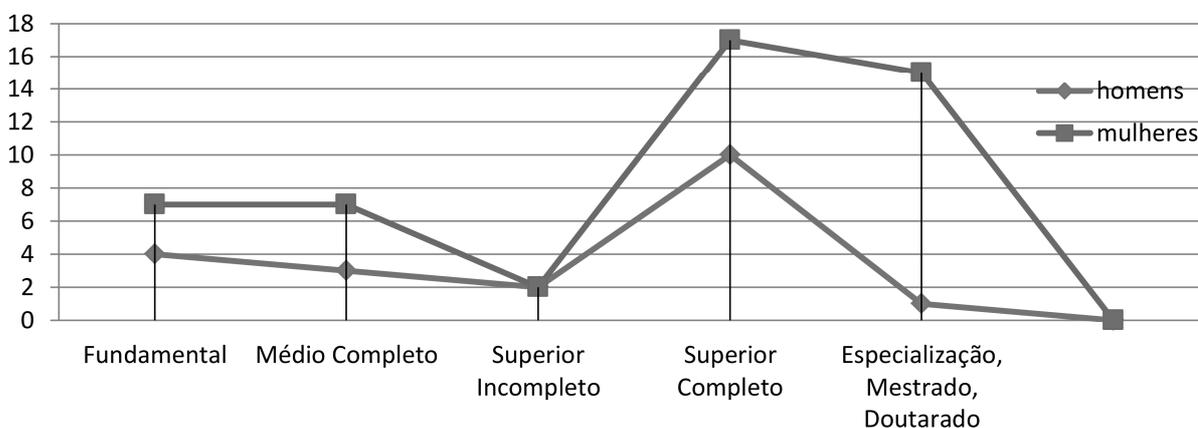
Em matéria publicada pela Folha de São Paulo (05/2011), Ritto afirma que a educação foi o fator que mais contribuiu para o aumento da renda dos brasileiros:

A educação foi o principal fator de elevação de renda para os brasileiros historicamente menos favorecidos na última década. É o que revela o estudo 'Desigualdade de renda na década', do pesquisador da Fundação Getúlio Vargas Marcelo Neri. De 2001 a 2009, a renda cresceu 49,52% no grupo dos 20% mais pobres, contra 8,88% dos 20% mais ricos – uma vantagem acumulada de 40,63% para a base da população.

Diante da afirmação acima, vale salientar que segundo a pesquisa não se confirma essa tendência nacional. Relacionando-se os dados da escolaridade e da renda pessoal, apontados na tabela 02, pôde-se inferir que, entre os respondentes desta pesquisa, não há uma relação direta entre o fator escolaridade e aumento da renda. Embora a escolaridade apresente seu maior percentual nas variáveis Superior Completo (39,7%) e Especialização, Mestrado e Doutorado (23,5), o item Renda (mensal) Pessoal teve seu maior percentual entre os que percebem renda de apenas um salário mínimo.

No Gráfico 02 foi apresentada, de forma visual, a pontuação dos níveis de escolaridade apresentados pelos respondentes, divididos por gêneros.

Gráfico 02: Escolaridade

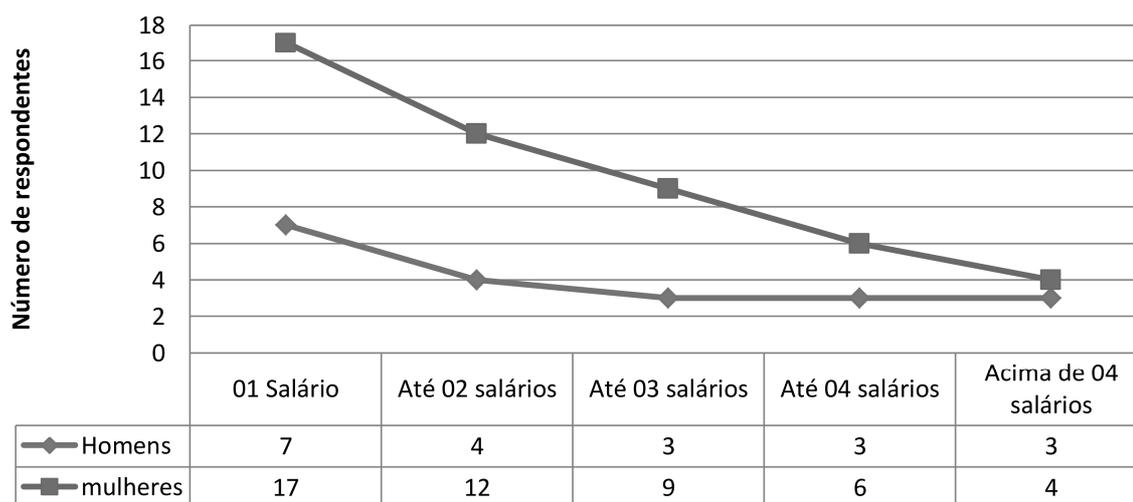


Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Através da observação do gráfico apresentado, se pôde perceber que tanto a reta das mulheres quanto a dos homens tiveram seus picos no ponto referente ao nível superior completo. Juntando-se os pontos: superior completo e especialização, mestrado e doutorado, entende-se que a reta das mulheres apresenta maior ascendência nestes pontos, ou seja, há mais mulheres que homens com nível de formação superior ou com pós-graduação.

O Gráfico 03 ilustrou a situação da renda (mensal) pessoal. O mesmo gráfico apresenta uma reta em declive, tendo o seu pico pontual entre aqueles que recebem apenas um salário mínimo, e seu ponto mais baixo dentre aqueles que percebem renda pessoal acima de 04 salários mínimos, confirmando que entre os respondentes, a maior incidência está para aqueles que percebem apenas um salário e não para os que recebem entre 04 salários ou acima disto.

Gráfico 03: Renda Mensal Pessoal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Relacionando-se os maiores picos do gráfico 02 e do gráfico 03, Superior Completo e Renda (mês) Pessoal, respectivamente, pode-se comprovar que realmente não há uma relação direta entre o fator educação e aumento da renda.

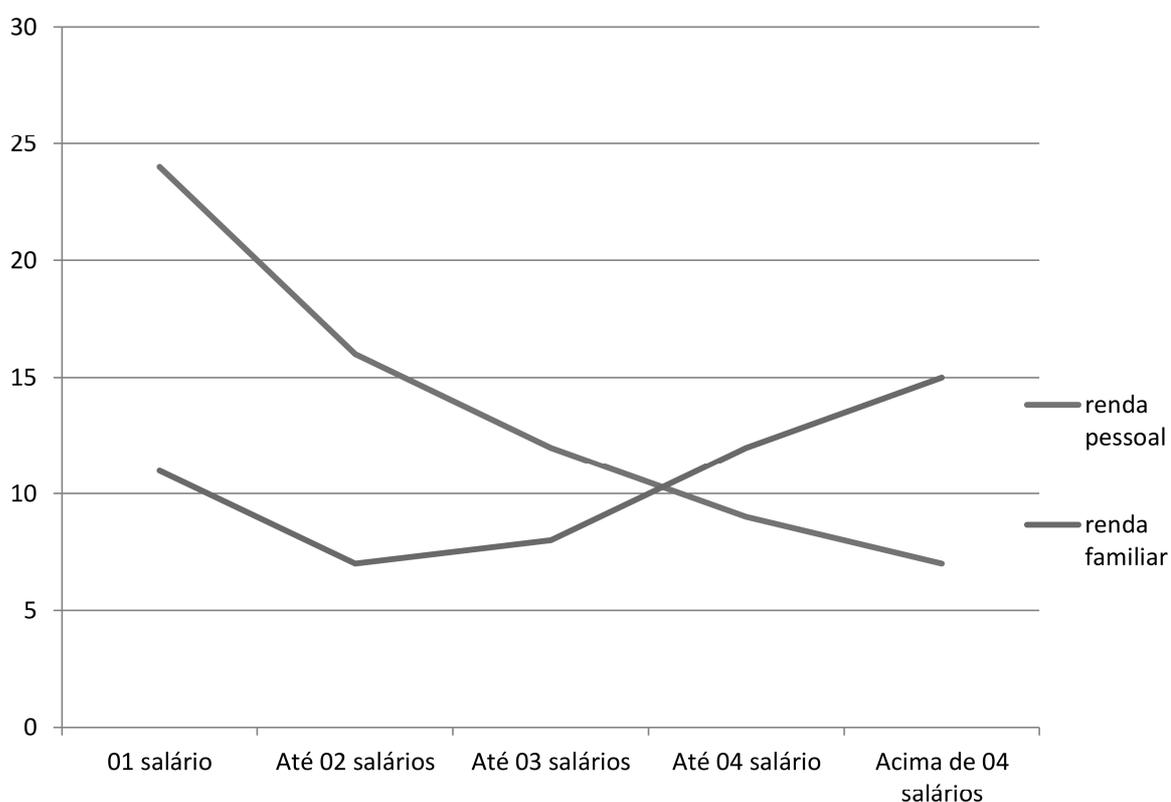
A renda (mês) pessoal recebe um acréscimo dos valores auferidos por outros membros da família, fazendo com que a renda (mês) da família seja superior a mesma. O que se deixa inferir que o orçamento familiar e planejamento financeiro, para que garanta uma saúde financeira das famílias, precisa atingir todos os formadores de receitas, bem como, àqueles que dependem da mesma.

Analisando-se o gráfico 04, que traça um perfil das rendas pessoal e familiar, pôde-se perceber que as mesmas crescem em direções opostas.

O gráfico 04 indica que a renda pessoal tende a descender na incidência de respondentes, ou seja, quanto maior a renda menor o número de respondentes que afirmam auferi-las; já a renda familiar segue uma tendência ascendente, quanto maior o seu valor maior a recorrência de respondentes.

O ponto de intersecção entre estas duas retas (renda pessoal e renda familiar) se dá no ponto onde podemos afirmar, de forma probabilística, que aproximadamente 11 respondentes percebem renda de 03 a 04 salários mínimos.

Gráfico 04 – Cruzamento entre renda pessoal e renda familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

4.2 DADOS RELACIONADOS À PRÁTICA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Ao analisar os dados da tabela 03, observaram-se os hábitos dos respondentes relacionados ao ato de comprar.

Tabela 03 – Hábitos relacionados ao ato de compra dos respondente

	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
	Homem	Mulher	
O que pensa ao comprar um produto			
Aproveitar a oportunidade	4	12	23,6
Satisfazer uma necessidade	14	34	70,6
Atender ao apelo das propagandas	0	2	2,9
Alcançar status	2	0	2,9
Outros	0	0	0
TOTAL	68		100
Ao realizar uma compra a faz por quê?	Homens	Mulheres	
Planejou com antecedência	9	18	39,7
Tem necessidade	9	25	50
Está em promoção	1	5	8,8
Tem crédito pré-aprovado (cartão de Crédito)	1	0	1,5
Outros	0	0	0
TOTAL		68	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

De acordo com a tabela 03, em relação ao que se pensa quando compram um produto, o maior percentual (70,6%) dos respondentes afirmaram comprar para satisfazer uma necessidade, seguidos por 23,6% dos que afirmaram comprar para aproveitar uma oportunidade; 2,9% dos respondentes apontaram as opções atender ao apelo das propagandas e alcançar status como seus hábitos de compra. O item outros não obteve percentual.

Quando perguntados sobre ao realizar uma compra por que a fazem, a tabela 03 revelou que 50% dos respondentes afirmaram que a fazem por que tem necessidade, o que se relaciona diretamente com o pensamento de comprar para satisfazer uma necessidade; já 39,7% afirmaram comprar porque planejam com antecedência; 8,8% apontaram a opção comprar por estar em promoção, apenas 1,5% apontou a opção tem crédito pré-aprovado, e 0% apontou outros como sendo sua opção.

Muito embora a pesquisa do CNC, de acordo com o gráfico 01, (PEIC – Tipos de Dívida) que trata dos meios de crédito oferecidos aos consumidores e o grau de endividamento dos mesmos em relação aos meios, aponte o cartão de crédito como sendo a maior fonte de endividamento dos consumidores e conseqüentemente o meio mais utilizado para se efetuar as compras, a tabela 03 revelou que este meio não é o que tem maior influência sobre os respondentes na hora de decidirem por que comprar. O mesmo gráfico 01 aponta que apenas 1,5% dos respondentes, quando perguntados sobre suas motivações para comprar, escolheram o crédito pré-aprovado dos cartões.

Pôde-se ainda, observando os dados da tabela 03, que boa parte dos respondentes (39,7%) já possui o hábito de planejar; o que somado aos dados da tabela 04, a baixo, onde se observou que 38,2% dos pesquisados costumam recorrer a caderneta da poupança ao se verem diante de uma emergência financeira, o que indica uma abertura ao planejamento financeiro.

A tabela 04 tratou dos hábitos dos respondes ao estarem frente a uma situação de emergência financeira.

Tabela 04 – Hábitos diante de uma emergência financeira

A qual meio costuma recorrer	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
	Homem	Mulher	
Caderneta de poupança	8	18	38,2
Limite do cartão de crédito	2	8	14,7
Limite do cheque especial	0	0	0
Empréstimo em financeira	4	11	22,1
Outros	6	11	25
TOTAL	68		100
Com qual frequência você utiliza este meio	Homens		Mulheres
	Homens	Mulheres	
Nenhuma	6	8	20,6
Às vezes	12	34	67,6
Quase sempre	1	5	8,9
Sempre	1	1	2,9
TOTAL	68		100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Ao analisar dos dados da tabela 04, captou-se que, diante de uma situação de emergência financeira, 38,2% recorreria à caderneta de poupança; 25%, um ¼ dos respondentes, recorreria a outros meios de captação de recurso; 22,1% captariam recursos através de empréstimos com financeira; 14,7% dos pesquisados recorreria ao limite de saque do cartão de crédito. O item cheque especial não obteve percentual.

Com exceção do recurso poupança, que seria o mais indicado, visto ser o mesmo fruto de um esforço, provavelmente, mesmo que de forma intuitiva, constituída a partir de um orçamento e de um planejamento financeiro, e que se aplicado ainda gera aumento na mesma; a soma dos outros meios de captação de recursos representa 61,8% dos respondentes. Uma situação de risco se apresenta através desses dados da tabela 04. Esse fato pode ser indicador do desequilíbrio das famílias em relação à saúde de suas finanças. Estes recursos possuem altas taxas de juros e comprometem a renda das famílias por vários meses, alguns por mais de anos.

Segunda a pesquisa do CNC-PEIC, em junho de 2013, as famílias que auferem renda menos que dez salários comprometem 29,1% de suas rendas com o pagamento de dívidas e levam um tempo médio de 6,6 meses para saudá-las.

Ainda em relação a tabela 04, quando perguntados sobre com qual frequência recorrem a estes meios. Confirmou-se que 67,6% recorrem às vezes; 20,6% disseram nunca recorrer; 8,9% quase sempre e 2,9% sempre recorrem aos meios indicados na pesquisa.

A tabela 05 ocupou-se dos hábitos de compra dos servidores, procurando saber o grau de impulsividade dos mesmos, e ainda o hábito de reservar parte de seus salários para constituir poupança.

Tabela 05 – Hábitos relacionados ao ato de compra por impulso e o de poupar

	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
	Homem	Mulher	
Costuma comprar por impulso quando?			
Nunca	12	16	41,2
Às vezes	6	27	48,6
Quase sempre	2	4	8,8
Sempre	0	1	1,4
TOTAL	68		100
Reserva uma parte do salário para poupança	Homens	Mulheres	
Nunca	4	17	30,9
Às vezes	7	16	33,8
Quase sempre	4	9	19,1
Sempre	5	6	16,2
TOTAL	68		100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Ao serem perguntados sobre seus hábitos relacionados ao ato de comprar por impulso, a tabela 05 revelou que a maioria dos respondentes, (48,6%), assumiram que às vezes compram por impulso, o que pode acarretar um aumento das despesas extras em detrimento das despesas essenciais. A utilização de um orçamento bem elaborado servirá como uma ferramenta de controle e meio de se evitar gastos dispensáveis e dívidas adquiridas por impulso.

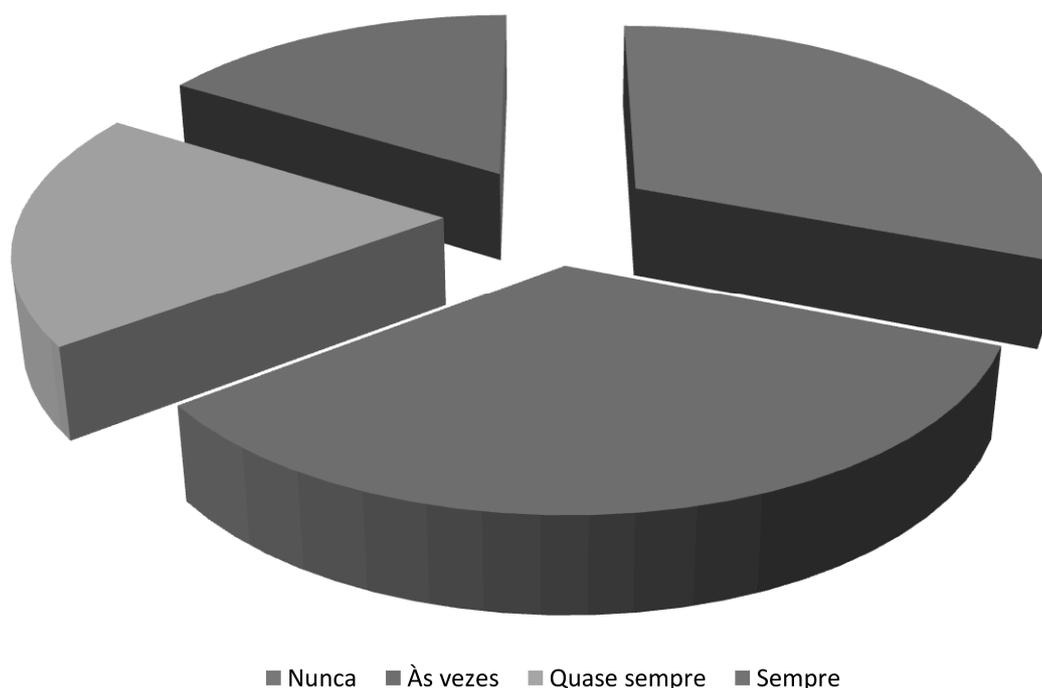
Ainda em relação à tabela 05, 41,2% dos que foram pesquisados afirmaram que nunca compram por impulso; dado que se soma aos da tabela 03, na qual metade dos respondentes afirmaram compram por necessidade e 39,7 planejam antes de realizar suas compra. As somas destes dados revela que a grande maioria dos respondentes utiliza algum meio de orçamento ou tem algum conhecimento a cerca de PFF. Há uma preocupação clara em exercer algum controle sobre suas finanças, o que é vital para este grupo, visto que a maioria dele terá orçamento “apertado”, formulado em cima de um salário mínimo conforme revelou a tabela 02.

A tabela 05 ainda demonstrou que 8,8% dos que responderam o questionário admitiram que quase sempre compram por impulso e 1,4% que sempre compra por impulso.

Quando questionados sobre a reserva de uma parte de seus salários para poupança e com que frequência isso costuma acontecer, a tabela 05 apontou que 30,9% nunca conseguem deixar parte de sua renda para tal fim; 33,8% reservam às vezes; 19,1% reservam quase sempre; e 16,2% sempre reservam parte de seus salários para a constituição de uma poupança. Pode-se concluir que 69,1% dos respondentes (em algum momento), reservam parte de seus salários para a constituição de poupança. Entenda-se poupança como sendo, não apenas uma modalidade de investimento bancário, mas sobre tudo, como uma reserva constituída através de um esforço orçamentário destinado a futuras necessidades.

O gráfico abaixo dará uma melhor percepção visual daqueles que buscam constituir poupança.

Gráfico 05 – Reserva de parte do salário para poupança



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Na tabela 06 foram tratados os resultados das respostas em relação a prática e conhecimento do Orçamento Doméstico e do Planejamento Financeiro Familiar.

Tabela 06 – Em relação à prática e o conhecimento do Orçamento Doméstico e do PFF

	Frequência Absoluta		Frequência Relativa (%)
	Homem	Mulher	
Quanto à prática do Orçamento costuma			
Anotar tudo que gasta, pois quer saber exatamente onde está indo o seu dinheiro	11	26	54,4
Gostarias de praticar mas não sabe como fazer	0	3	4,4
Já tentou mas acaba esquecendo de notar alguma despesa	7	12	27,9
Não acha necessário fazer este controle	2	7	13,3
TOTAL	68		100
Meios pelos quais obteve informação acerca do PFF	Homens	Mulheres	
Através de conversa com familiares e/ou amigos	7	18	36,8
Leitura de livros, revistas, jornais	5	20	36,8
Aprendi na escola, faculdade, cursos	5	8	19,1
Não tenho	3	2	7,3
TOTAL		68	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Quando questionados sobre o hábito de registrar suas receitas e despesas, a Tabela 06 revelou que a maioria do universo pesquisado, (54,4%), costuma anotar todos os seus gastos buscando ter um total controle sobre seu dinheiro; 27,9% dos respondentes admitiram já terem tentado praticar algum tipo de anotação, mas acabam por esquecer alguns gastos, fato este que seria facilmente superado por uma elaboração programática do orçamento, com a previsão de um horário diário para realizar as necessárias atualizações do orçamento.

Continuado com a análise do gráfico acima temos que 13,3% dos que responderam a pesquisa afirmam não achar necessário fazer controle de suas despesas; e 4,4% dos que responderam a pesquisa demonstraram o desejo de realizar algum tipo de anotação, contudo não tem o conhecimento necessário para fazê-lo;

O Gráfico 06 traçará um comparativo entre homens e mulheres pesquisados e suas frequências relativas quanto a prática do orçamento doméstico.

Os dados do Gráfico 06 revelaram que há certo equilíbrio entre homens e mulheres quanto à prática do orçamento doméstico. Em média, metade dos respondentes, tanto homens (55%), quanto mulheres, (54,2%), praticam um controle de seus gastos através de anotações. 35% dos homens tendem a começar uma anotação orçamentária, mas desistem por que findam por esquecer algumas anotações; entre as mulheres apenas 25% se enquadram nesse

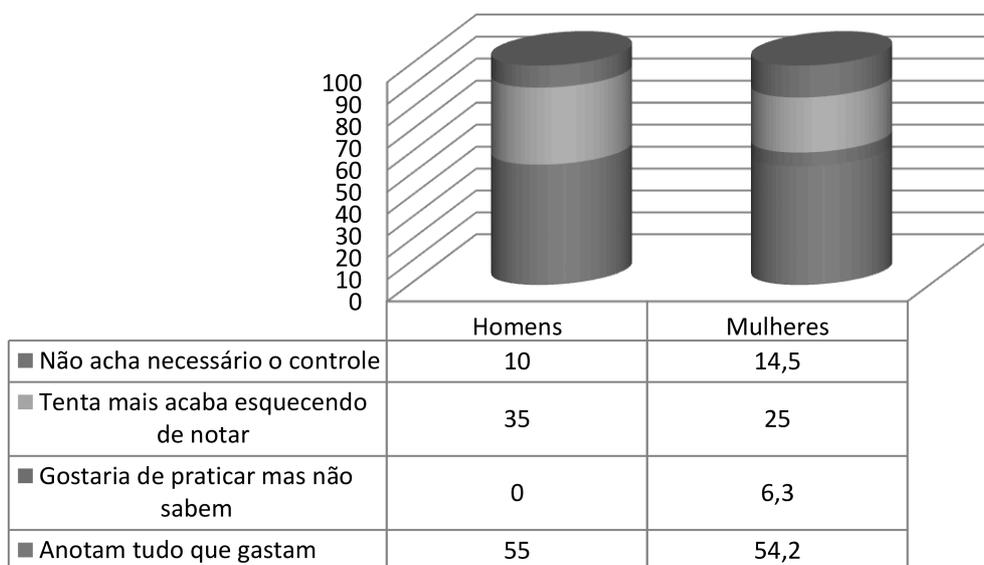
perfil. Se há falhas ou lacunas no ato de transferir as despesas para o papel podem surgir desinteresses e por consequência o abandono da prática.

Apenas no grupo das mulheres houve a incidência de respondentes, (6,3%), que admitiram não saber como realizar um orçamento, embora o desejo lhes seja presente.

As mulheres apresentaram frequência relativa maior que a dos homens em relação àqueles que não acham necessário realizar algum tipo de anotação orçamentaria, 14,5% e 10% para mulheres e homens, respectivamente.

O IEF vai corroborar com a pesquisa quanto a necessidade de se administrar os recursos financeiros da família com bastante cuidado, pois envolve decisões uni e multilaterais. As decisões precisam ser tomadas até mesmo quando não existem os controles, visto que, não ter controle também pode ser uma decisão.

Gráfico 06 - Prática do Orçamento



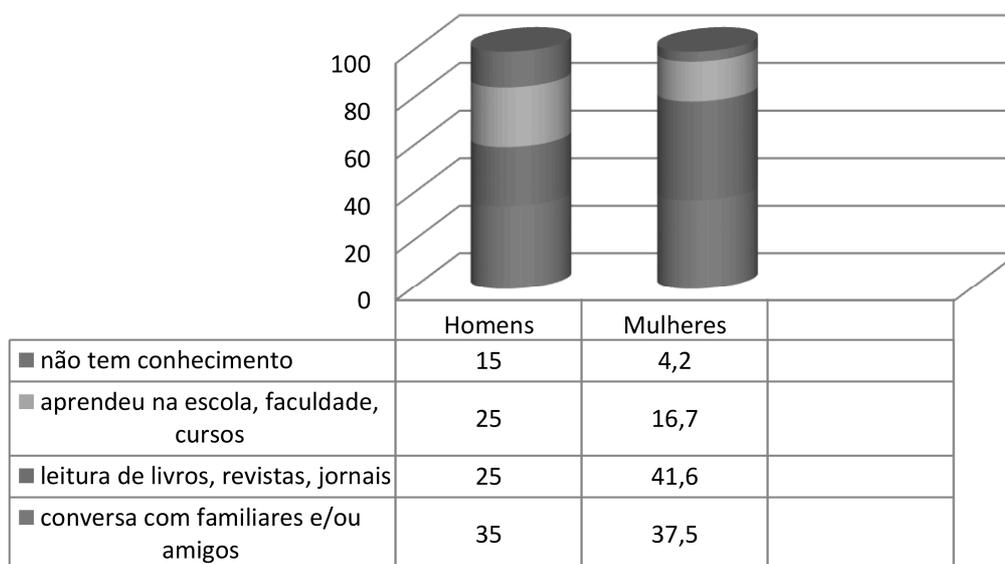
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Quando perguntados sobre por quais meios obtiveram informações sobre o Planejamento Financeiro Familiar, 36,8% dos respondentes apontaram a conversa com familiares e/ou amigos; esse mesmo percentual (36,8%) também foi auferido pelo item através de livros, revista e jornais. 19,1% do universo afirmaram ter obtido tais conhecimentos a respeito do PFF na escola, na faculdade ou em cursos, este dado coaduna com o nível elevado de escolaridade dos pesquisados. Muitas faculdades vêm trabalhando finanças pessoais em seus currículos, tendo a preocupação de despertar em seus alunos,

futuros profissionais, o cuidado em ter uma saúde financeira como forma de garantir estabilidade econômica e pessoal. A frequência relativa dos que afirmaram não ter conhecimentos sobre o PFF não ultrapassou a casa dos 7,3%.

No Gráfico 07 buscou traçar um comparativo entre homens e mulheres delineando-se os meios pelos quais os mesmos obtiveram seus conhecimentos a cerca do Planejamento Financeiro Familiar.

Gráfico 07 - Meios pelos quais obtiveram informação sobre o PFF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

O meio conversa com familiares e/ou amigos aparece como o mais utilizado, pelos respondentes, para se obter conhecimentos a respeito do PFF; no comparativo dos gêneros, há praticamente uma igualdade dos percentuais; 37,5% para as mulheres e 35% para os homens.

Quanto à pesquisa em livros, revistas e jornais, o gráfico revelou que as mulheres são as que mais se utilizam deste meio, possuem, elas, frequência relativa de 41,6% enquanto que os homens aferem apenas 25 pontos percentuais de frequência relativa.

Ainda em relação ao Gráfico 07, observou-se que os homens são os que mais aprenderam na escola, faculdade ou cursos, conteúdos referentes ao PFF, apresentado um percentual de 25%, enquanto que as mulheres apresentaram um percentual de 16,7% de utilização do mesmo meio.

Em relação aos que não possuem informação sobre o PFF, os homens apresentaram um percentual (15%) quase quatro vezes maior que os das mulheres que foi apenas de 4,2%, o

que pode ser reflexo do grande percentual de mulheres com nível de escolaridade elevado, 66,6% de frequência relativa de um universo de 48 respondentes do sexo feminino.

O número de pessoas que desconhece educação financeira foi pequeno, mas demonstra que ainda é preciso avançar nesta área. Envolver todos os componentes do lar pode ser uma estratégia altamente produtiva, mesmo aqueles que não contribuem para a obtenção dos recursos como, por exemplo, as crianças.

A participação de todos os membros da família na construção dos objetivos faz com que a elaboração e a prática dos controles orçamentários não sejam desmotivadoras mas sim uma ferramenta capaz de oferecer condição de maximização dos recursos e de minimizar os gastos com itens supérfluos, obtendo com isso um resultado positivo para todos os envolvidos no processo.

Inserir desde cedo os conceitos de poupar e gastar conscientemente ajuda, com certeza, a formar cidadãos mais responsáveis com suas finanças, bem como, com as finanças do lar. Em conformidade com a ENEF, pode-se afirmar que a escola desponta como uma parceira da família na educação deste cidadão mais consciente de seu papel sócio transformador.

A educação financeira sempre será uma importante ferramenta para ajudar as pessoas a planejar e a gerir suas rendas. Poupar e investir são garantias para uma vida bem mais tranquila, e isso não só na dimensão financeira, mas na totalidade das relações domésticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico buscou demonstrar a prática e o conhecimento a cerca do orçamento doméstico e do planejamento financeiro familiar por parte dos funcionários públicos lotados nas escolas estaduais Padre Paulo Roberto de Oliveira e Professor José Gonçalves de Queiroz, do município de Sumé.

Ao dissertar sobre este tema, ficou claro a importância atual que ele possui e o quanto é atrativo como campo de pesquisa. Estando o orçamento e o planejamento financeiro atrelados aos indivíduos ou as famílias das quais este participam, e sabendo-se que estas estão em constante mudança e adaptação aos cenários econômicos que se desenham, o tema deste trabalho se revela uma fonte inesgotável de saber.

Foi possível perceber o quanto a ferramenta de controle “orçamento” pode ser útil às famílias, aliando-se as realidades das que se dispõe a organizar suas finanças e buscam construir bases financeiras mais sólidas para o grupo familiar.

O orçamento é, sem dúvidas, um dos meios mais eficazes de se organizar as finanças domésticas e pessoais. É base necessário para que se possa elaborar um planejamento financeiro eficiente, alicerçado sobre informações que traduzem a realidade da família que o elabora.

As planilhas eletrônicas, mesmo com o advento da tecnologia e da internet, não estão disponíveis a todas as famílias. A antiga “caderneta” de papel, onde se anotam todos os gastos da família, é um meio bem acessível e importante para se dá o primeiro passo para aqueles que querem fazer um controle sistemático de suas finanças.

Uma primeira preocupação, ao buscar fundamentação teórica para o tema, foi perceber o quanto as finanças pessoais podem ser objetos de estudo da contabilidade. Ficou claro que, independente do tamanho do capital, havendo a existência deste, é campo de atuação contábil.

A família ou indivíduo que desta faz parte necessita da ação do contador para ajudá-los na gestão de seu capital.

Observado, ainda, a literatura disponível percebe-se que há um consenso entre os autores sobre a importância de adotar as finanças pessoais como elemento curricular nas escolas, mas que sobre isto, ainda existe um longo caminho a se percorrer. Há uma preocupação em se tornar a educação financeira algo do cotidiano das pessoas, do dia-a-dia das famílias.

A dificuldade encontrada em relacionar material de pesquisa chama atenção e expõe uma deficiência que pode acarretar como consequência um empobrecimento social causado

pelo descontrole financeiro.

O estudo da bibliografia encontrada mostrou que o assunto tem sido explorado e que a própria sociedade mostra sinais de interesse por esta realidade.

Embora a literatura impressa não seja tão vasta, os materiais disponibilizados por meios eletrônicos como artigos e trabalhos acadêmicos demonstram uma mudança nos hábitos e denotam uma visível preocupação com esse tema e sua importância no cotidiano familiar.

O contato feito através de questionário contribui para se obter o grau de conhecimento e de interesse pelo tema por parte dos servidores públicos das escolas estaduais, selecionadas, da cidade de Sumé.

O questionário apresentado, durante a pesquisa de campo, a estes servidores teve como objetivo medir o grau de entendimento dos pesquisados sobre o assunto abordado, e revelou que a grande maioria possui conhecimento a respeito do Planejamento Financeiro Familiar e que pratica algum tipo de controle por meio da ferramenta orçamento doméstico.

Embora o grupo pesquisado apresentasse variedades em relação ao gênero, faixa etária, grau de escolaridade, não ficou claro, de acordo com os dados colhidos, que tais fatores sejam indicativos de mais ou menos conhecimento e prática do assunto apresentado.

O que se pôde perceber, quanto ao apelo consumista dos respondentes, é que, embora subdivididos em faixas de rendas múltiplas, podendo variar de um a mais de quatro salários mínimos, estes não são de fácil suscetibilidade aos apelos mercadológicos. Quase que na totalidade, os pesquisados efetuam suas compras movidos pelas necessidades insurgentes e isso após realizar algum tipo de planejamento.

Percebeu-se que há um grande risco ao equilíbrio e a saúde financeira dos pesquisados, é a recorrência no uso de empréstimos oriundas de financeiras ou outros meios, que em geral, possuem altas taxas de juros e terminam por comprometer boa parte da renda das famílias.

A família apareceu como o meio mais frutífero na construção de conhecimentos. Revelando que é o lar um ambiente favorável a implantação de sistemas de controle, quer seja com o orçamento ou ainda uma ferramenta mais bem elaborada como o PFF.

O elevado nível de escolaridade contribui para que boa parte dos respondentes apontasse a escola e suas etapas educativas como um meio de aquisição de conhecimento a cerca do PFF.

Apenas um pequeno número se mostrou desinteressados por praticar algum tipo de controle, bem como, que não possuía conhecimento a cerca do PFF, revelando que há na maioria dos respondentes o desejo de organizar suas finanças.

Diante de uma realidade mercadológica apelativa e sufocante que busca criar falsas necessidades de consumo torna-se difícil a mudança de hábito visto que diante dessa investida de marketing apresenta-se imensa a sensação de renúncia e de perda.

Nem sempre renunciar significa perder, ou privar-se. Quando se está diante de um planejamento financeiro pode ser essa a sensação, o que não passa de um ledor engano, pois quando se tem organização e disciplina tudo fica mais fácil; pequenas renúncias se transformam em grandes conquistas.

É importante lembrar que orçamento e planejamento financeiro requerem além de habilidades cognitivas muita paciência e dedicação para que de fato os resultados alcançados possam revelar uma saúde financeira das famílias, permitindo que esta cumpra o seu papel social de agente gerador de indivíduos capazes de tomar suas próprias decisões; capazes de interferir na realidade, e através de uma dialética com o mercado poder criar uma realidade sadia, na qual consumo consciente se traduza exatamente como bem estar familiar.

Muito há que ser estudado, pesquisado, escrito. Essa busca por conhecimento há de libertar as pessoas da ignorância, inclusive a ignorância financeira, que tanto as aprisiona, as impedindo de exercer uma práxis sadia, repleta de boas decisões frutíferas para si e suas famílias.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para a construção do saber a respeito do planejamento financeiro familiar e do orçamento doméstico e o quanto a sua aplicabilidade pode trazer resultados benéficos para as famílias.

Sugere-se que trabalhos, estudos, cursos, oficinas que abordem o Orçamento Doméstico e o Planejamento Financeiro Familiar como ferramenta de gestão dos recursos das famílias possam ser realizados nas escolas regulares, em seus diversos níveis de ensino, atingindo todos os seus integrantes, principalmente as crianças que aprenderão desde cedo a importância que tem o bom uso de recursos, o controle de suas finanças; absorverão o orçamento o PFF como um valor de vida. Saliente-se que isto já vem sendo implantado em países que se apresentam com elevado índice de desenvolvimento.

Iniciativas como essas citadas acima podem ser aplicadas em diversos níveis. Desde uma pequena escola de comunidade de bairro até grandes universidades de importantes centros comerciais, há que apenas se considerar as características próprias de cada grupo. O presente estudo confirmou o interesse do grupo pesquisado, que neste caso, já se relaciona com o ambiente escolar, revelando assim uma tendência geral.

Deste modo, o presente trabalho deve servir para ampliar a importância que a contabilidade tem para as famílias, denotar a responsabilidade que os contadores devem

devotar a estas e as suas necessidades de controle da informação, gestão de recursos, ampliação de seus patrimônios. Serviu ainda para apontar um elo existente entre a contabilidade e a necessidade que as famílias têm em praticar o Orçamento Doméstico e Planejamento Financeiro familiar como meio de proporcionar uma saúde ampla da família.

6 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C., Reis, T.; **Manual do Formando: Gestão e Economia Familiar**. Disponível em: <portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=19482934&att_display=n&att_download=y> Acessado em 25 de maio de 2013.

ASSIS, J. L. F.; **Uma Contabilidade Familiar?**: Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, v6, n.1, p 5-12, dez. 1995.

BRASIL, Banco Central. **Nota para a imprensa: Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>> Acesso em 24 junho 2013.

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?**, 2004. Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html>> Acesso em 25 de junho 2013.

CERBASI, Gustavo P. **Casais Inteligentes enriquecem juntos: Finanças para casais**. Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html>> Acesso em 25 de maio de 2013.

CERVO, Amado Luiz, *et al. Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução n° 750/93*.

_____. *Resolução n° 1282/10*.

COMÉRCIO, Confederação Nacional. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor/2013**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-25>> Acessado em 05 de maio 2013

DIEESE, Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estrutura do orçamento doméstico: Comparação das estruturas orçamentárias nas últimas décadas**, 2010. Disponível em: <http://dieese.org.br/pof/pof3.xml> Acesso em 06 de junho de 2013

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Perfil das despesas no Brasil, Indicadores selecionados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.sh tm> Acessado em 15 de novembro de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2008.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>> Acessado em 15 de novembro de 2012.

FOLHA DE SÃO PAULA. **USP ensina planejamento financeiro familiar em escolas públicas.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empresadadorsocial/2013/06/1293500-usp-ensina-Planejamento-financeiro-familiar-em-escolas-publicas.shtml>> Acessado em 02 de julho 2013

HARNIK, Simone. **Brasil: 8 em 10 professores da educação básica são mulheres.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>> Acessado em 2 de julho de 2013.

IEF - Instituto de Estudos Financeiros. **Planejamento Financeiro Familiar, 2010.** Disponível em: <<http://www.ief.com.br/bolso.htm>> Acesso em 20/07/20103.

JORNAL O GLOBO. **Cresce o nível de endividamento das famílias.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-da-renda-8516655>> Acessado em 02 de julho de 2013

MACEDO, Jurandir Sell Jr. **A árvore do dinheiro:** Guia para cultivar sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.* 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAKATA, Rogério. **Planejamento Financeiro pessoal: vale a pena e quando pensar nisso?** Disponível em: <http://www.economicomportamental.com.br/artigos_financeiros.asp> Acesso em 10 junho de 2010.

PEIXE, B. C. S.; LEHNHARD, N. S.; HRRES, P. R. **Contabilidade Familiar um enfoque Orçamentário:** Revista Científica empres. UNIPAR. V2, n2: jul/dez., 2000.

RITTO, Cecília. **Elevação do grau de instrução alavancou crescimento entre os mais pobres.** Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/educacao-foi-o-fator-que-mais-contribuiu-para-aumento-de-renda-na-ultima-decada>> Acessado em 20 de julho de 2013

ROCHA, Fernando Jose Meira. **Educação e economia: uma abordagem sobre as conseqüências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase na educação,** 2004. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/cadernofinancas/CFPS/CFP_n5_art3> Acesso em 26 de julho de 2013.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 6 ed. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, M. L. **Contabilidade Pessoal**: Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas. Florianópolis. SC, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STRATE, Anete Berenice Schaeffer. **Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar**, 2010. Disponível em: <http://www.univates.br/bdu/handle/10737/107> Acesso em 15/06/2013.

TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **A administração dos recursos na família: Quem? Como? Por quê? Para quê?** Viçosa: Ed. UFV, 2005

VIDA E DINHEIRO, **O que é ENEF (Decreto 7.397/2010)**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/default.aspx> Acesso em 25 de julho de 2013.

VIERA, Sônia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

TEMA DA PESQUISA: ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR: Prática e Conhecimento dos funcionários das escolas estaduais de Sumé-PB

Esta é uma pesquisa sobre Finanças pessoas, conhecimento e prática do Planejamento Financeiro Familiar e Orçamento, e é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis 2013/01 da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Suas Respostas não serão analisadas individualmente, de modo que será mantido total sigilo sobre suas opiniões.

Para cada pergunta abaixo marque apenas uma resposta

PARTE GERAL – DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Sexo
 - masculino
 - feminino

2. Qual a sua faixa etária
 - 18 a 30 anos
 - 31 a 40 anos
 - 41 a 50 anos
 - acima de 50 anos

3. Quantas pessoas moram em sua casa, incluindo você?
 - 01 pessoa
 - 02 pessoas
 - 03 pessoas
 - 04 pessoas
 - acima de 04 pessoas

4. Qual sua função dentro desta unidade escolar?
 - equipe de direção (diretor, vice-diretor, secretário, outros)
 - professor
 - auxiliar de secretaria, biblioteca, laboratórios
 - auxiliar de serviços gerais

5. Qual do nível de escolaridade?
 - fundamental
 - médio completo
 - superior incompleto
 - superior completo

- especialização/mestrado/doutorado
- outros

6. Qual a sua renda mensal?
- 01 salário mínimo
 - até 02 salários mínimos
 - até 03 salários mínimos
 - até 04 salário mínimos
 - acima de 04 salários mínimos
7. Qual a renda mensal da família?
- 01 salário mínimo
 - até 02 salários mínimos
 - até 03 salários mínimos
 - até 04 salário mínimos
 - acima de 04 salários mínimos

PARTE ESPECÍFICA - DADOS RELACIONADOS A PRÁTICA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

8. Quando você compra um produto pensa em:
- aproveitar a oportunidade
 - satisfazer uma necessidade
 - atender ao apelo das propagandas
 - alcançar status
 - outros
9. Ao realizar uma compra, você compra por quê?
- planejou com antecedência
 - tem necessidade
 - esta em promoção
 - tem crédito pré-aprovado (cartão, crediário, etc.)
 - outros
10. Diante de uma emergência financeira a qual destes meios você costuma recorrer?
- caderneta de poupança
 - limite do cartão de crédito
 - limite do cheque especial
 - empréstimo em financeira
 - outros
11. Com qual frequência você utiliza este meio?
- nenhuma
 - as vezes
 - quase sempre
 - sempre

12. Planejamento financeiro familiar e orçamento são práticas simples, mas que podem ajudar na saúde financeira do lar. Quanto a prática destes você costuma:
- anotar tudo que gasta pois quer saber exatamente onde está indo o seu dinheiro
 - gostaria muito de praticar mas não sei como fazer
 - já tentei mas acabo esquecendo de anotar algumas despesas
 - não acho necessário fazer estes controles
13. Ao receberem, no fim do mês, seus salários, as pessoas buscam suprir suas necessidades. Você considera que costuma comprar por impulso quando?
- nunca
 - as vezes
 - quase sempre
 - sempre
14. Você reserva uma parte de seu salário para poupança quando?
- nunca
 - às vezes
 - quase sempre
 - sempre
15. Planejamento financeiro familiar tem sido um assunto bastante comentado; podendo vir a se tornar disciplina nas escolas. Através de quais meios você obteve informações sobre o planejamento financeiro familiar?
- através de conversas com familiares/amigos
 - leitura de livros/ revistas/ jornais
 - aprendi na escola/faculdades/cursos
 - não tenho

Agradeço sua colaboração na consecução de nosso trabalho acadêmico, ela será extremamente útil.

Atenciosamente,
Sergio Murilo C. Vilar